



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

LEI Nº 233, de 31 de outubro de 1995.

Cria o Conselho Municipal de  
Assistência Social e dá outras Pro-  
vidências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS, ES-  
TADO DA PARAÍBA:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono  
a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assisten-  
cia Social - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e de â  
bito municipal.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Le-  
gislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência So-  
cial:

- I - definir as prioridades da política de assistência  
social;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na ela  
boração do Plano Municipal de Assistência;
- III- aprovar a Política Municipal de Assistência Social;
- IV - atuar na formulação de estratégias e controle da  
execução da política de assistência social;
- V - propor critérios para a programação e para as execu-  
ções financeiras e orçamentarias do Fundo Municipal de Assistência, e  
fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VI - acompanhar critérios para a programação e para as  
execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assisten-  
cia Social, e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
- VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de  
assistência prestados à população pelos órgãos, entidades Públicas e  
privadas no município;
- VIII - aprovar critérios de qualidade para o funcionamen-  
to dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

municipal;

IX - aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

X - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

XI - elaborar e aprovar seu Regimento interno;

XII - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

XIII - convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XIV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XV - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

## CAPÍTULO II

### DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

#### SEÇÃO I

#### DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O CMAS é composto de 06 (seis) membros e respectivos suplentes, consoante representação seguinte:

I - do Governo Municipal:

- a) um representante do Departamento de Educação;
- b) um representante do Departamento de Saúde;
- c) um representante do Departamento de Finanças.

II - dos usuários:

- a) um representante da Sociedade Assistencial Maria Eunice - SOAME;
- b) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dona Inês;





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

c) um representante do Clube de Mães de Dona Inês.

§ 1º - Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º - Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 3º - A soma dos representantes que tratam o inciso II, do presente artigo não será inferior à metade do total de membros do CMAS.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I- dos representantes das entidades.

Parágrafo Único - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

Art. 5º - A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II - Os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 reuniões consecutivas ou 5 reuniões intercaladas;

III- Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções

## SEÇÃO II

### DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I - plenário como órgão de deliberação máxima;

II- as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente quando convocadas pelo Presi -



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

dente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 7º - O Departamento de Assistência e Previdência Social, prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - considerando-se colaboradoras do CMAS, as instituições formadas de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;

II - poderão ser convidados pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

Art. 9º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único - As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 10º - O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Lei.

Art. 11º - O órgão Municipal a cuja competência estejam afetas as atribuições objeto da presente Lei passará a chamar-se Departamento Municipal de Assistência e Previdência Social.

Art. 12º - Fica o Prefeito autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) para promover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Dona Inês, em 31 de outubro de 1995.

  
LUIZ JOSÉ DA SILVA  
=PREFEITO=